

**ATA DA 55ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM CURITIBA/PR**

**DATA:** 26/11/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Célia Maria Ravazzani Ribeiro (celia.ribeiro@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: (ausência)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: (aguardando indicação)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: José Holanda Neto (holanda@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Célia Maria Brandão Froés (celia@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Sul/Santa Catarina: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Vera Maria Weigand (vweigand@srh.ba.gov.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Oswaldo Bittencourt Junior (oswaldo.saae@onda.com.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Suraya Modaelli (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Maria Helena M. Rodrigues (helenarodrigues@terra.com.br)

**CONVIDADOS:**

Antônio Eduardo Lanna – SRH/MMA (aelanna@terra.com.br)  
Antônio Francisco da Cunha – DAEE/SP (comitealpa@winf.com.br)  
Carlos Alexandre Cernach Silveira – ANEEL/MME (cernach@aneel.gov.br)  
David Franco Ayeb – DAEE/SP (comitealpa@winf.com.br)  
Geraldo Lopes da Silveira – Univ. Santa Maria (geraldo@ct.ufsm.br)  
Gilberto Valente Canáli – SRH/MMA (gvcanali@bol.com.br)  
Hadijamine Itapá Fernandes – Mon. Transportes (hadijamine.Fernandes@transportes.gov.br)  
Jaildo Santos Pereira – SRH/MMA (jaildo@yahoo.com)  
Jussara Cabral Cruz – Univ. Santa Maria (jussara@ct.ufsm.br)  
Marcelo Jaques Martins – Eletrobrás (mjm@eletrobras.com)  
Lucila Massae Hayashi – Eletrobrás (lucila@eletrobras.com)  
Luís Sérgio de Oliveira – DAEE/SP (bpp@daee.sp.gov.br)  
Luziel Ahy – ANEEL (luziel@aneel.gov.br)  
Oswaldo Massacazu Sugui – DAEE/SP (comitepp@recursoshidricos.sp.gov.br)  
Rafael C. Di Bello – Eletrobrás (dibello@eletrobras.com)  
Sandro Roberto Selmo – DAEE/SP (comitepp@recursoshidricos.sp.gov.br)  
Valéria Almeida Lopes de Faria – CEMIG (vfaria@cemig.com.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 26/11/2003

**Início:** 9:10 h

**Término:** 17:40 h

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e seis de novembro de 2003, na sala Marumbi, 7º andar do Slaviero Braz Hotel, situado a Av. Luiz Xavier, nº 67, Curitiba/PR, iniciou-se a 55ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, abriu os trabalhos e falou sobre o propósito da realização desta reunião concomitantemente com o XV Simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos como uma forma de disseminar os trabalhos do CNRH, além de promover a interação com os técnicos do setor de recursos hídricos. Salientou que a pauta estava extensa para um único dia de reunião e propôs que os assuntos a serem encaminhados para a X Reunião Ordinária do CNRH tivessem prevalência na análise. Passou em seguida para o item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 54ª reunião da CTIL. A minuta foi aprovada com modificações. Em prosseguimento, convidou o Dr. Gilberto Canáli para apresentação referente ao item 3 da pauta. O Dr. Canáli agradeceu o convite da CTIL e, em sua apresentação, destacou duas questões essenciais para a gestão de recursos

hídricos referentes à interpretação da Constituição Federal - CF: o espírito federativo e as distintas dominialidades atribuídas aos cursos de água. Ressaltou que soberania e autonomia estão em permanente tensão no modelo federativo, não devendo, entretanto, resultar em desagregação. Expôs que a Lei nº 9.433, de 1997, trazia um novo modelo de organização para a gestão das águas, privilegiando a bacia hidrográfica como unidade a qual, no entanto, não seria um ente político administrativo no país. Disse entender que o comitê deveria ser um ente integrador, mas que o PL nº 1.616, de 1999, trazia uma inconveniente tentativa de imposição de hierarquia entre comitês de bacias e comitês em suas sub-bacias. Fez considerações sobre as divergências filosóficas encontradas entre a CF, de 1988, a Lei nº 9.433, de 1997, e o PL nº 1.616, de 1999. Sugeriu que a realidade poderia ser mudada de baixo para cima, construindo-se um federalismo de cooperação baseado em consensos. Disse que o aparato legal disponível, como o Decreto Lei nº 200, aperfeiçoado pela Lei que introduziu a figura das OS e OSCIP, dispõe de instrumentos suficientes para a implementação de sistemas descentralizados eficientes para a gestão de recursos hídricos. Questionou sobre o sucesso na observância do princípio da eficiência quando existem exemplos como o CBH do Rio São Francisco, de área tão extensa. Indicou a necessidade da existência de instâncias intermediárias que dividiriam as competências da União, estados e municípios. Concluiu que a Lei nº 9.433, de 1997, pediria reflexões para o aperfeiçoamento do federalismo. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Canáli e lembrou que o período atual seria muito importante para o encaminhamento de propostas ao PL nº 1.616, em análise na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Abriu então para perguntas. O Dr. Byron disse que a política de saneamento introduzia as regiões metropolitanas como mais um ente a ser considerado para a gestão de recursos hídricos. A Dra. Sonáli apontou os comitês e as agências de água como sendo as unidades intermediárias indicadas, no que obteve a concordância do Dr. Canáli. Disse que formas de cooperação estariam expressas na Lei nº 9.433, de 1997, em seus artigos 37 e 38. O Dr. Canáli destacou os convênios de cooperação entre a ANA e os estados como uma das formas de cooperação indicadas. Fez também referência às diferentes formas de interpretação da Portaria DNAEE nº 707, de 1994, no que se refere à dominialidade dos cursos de água. O Dr. Julio Thadeu disse que, do ponto de vista técnico, a definição das dominialidades seriam necessárias para a implementação de um sistema descentralizado e participativo. O Dr. Canáli destacou a experiência européia, onde a dominialidade não é essencial: os países são soberanos nas águas em seus territórios, observados objetivos comuns pré-estabelecidos. O Dr. Julio Thadeu agradeceu então a presença do Dr. Canáli. Passou-se então aos itens de pauta, iniciando pelas propostas de moção encaminhadas pela CT de Águas Subterrâneas - CTAS: uma dirigida ao CONAMA, encaminhando solicitação de alteração na proposta de revisão de sua Resolução nº 20, de 1986 (**Anexo II**); outra dirigida ao Ministro de Ciência e Tecnologia, com referência ao CT-Hidro (**Anexo III**). As duas propostas foram analisadas e encaminhadas à Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL. Passou-se então ao item 4 da pauta: análise da proposta de resolução que estabelece a forma de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos referidos no inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000. Foi convidado o Dr. Jaildo para apresentação da proposta, como representante da CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB. O Dr. Jaildo falou sobre os trabalhos realizados no âmbito da CTCOB e esclareceu que a proposta de resolução se referia aos 7,5% destinados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, parte integrante dos 0,75% arrecadados junto ao setor de geração de energia hidrelétrica. O Dr. Reginaldo disse que a proposta de resolução trazia ilegalidades, contrariando o art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, e o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Reginaldo disse entender que a proposta de resolução estaria contrariando o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre arrecadação e aplicação prioritária na bacia de origem, manifestando-se, por este motivo, contrário à proposta de resolução; solicitou que, antes da apreciação pela Plenária do CNRH, o assunto fosse encaminhado para apreciação da CONJUR/MMA. O Dr. Márley discordou e disse que o CNRH estaria usando seu poder regulamentador. A Dra. Maria Luiza também se mostrou contrária ao exposto pelo Dr. Reginaldo; salientou que ao CNRH, como formulador da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, caberia definir as prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança. A Dra. Leila também se pronunciou favorável ao encaminhamento dessa proposta de resolução à Plenária. A Dra. Sonáli observou que o CNRH deveria definir inicialmente as prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança para, então, se ater aos valores

referentes aos 7,5%. Com isso, sugeriu que fosse analisada a segunda proposta de resolução encaminhada pela CTCOB (**Anexo IV**), que dizia respeito às prioridades de aplicação, para então se decidir sobre esta primeira. Ficou então decidido pela análise da segunda proposta de resolução, e avaliação da sua complementaridade com a primeira, para então ocorrer o retorno para deliberação final. Às 12:45 horas, aconteceu pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas, com nova apresentação do Dr. Jaildo, desta feita sobre a proposta de resolução estabelecendo prioridades de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, para o ano de 2004. Em sua apresentação, o Dr. Jaildo disse que, no entendimento da CTCOB, o Ofício ANA nº 561/2003 (**Anexo V**) não havia atendido satisfatoriamente aos questionamentos trazidos pelo Ofício CNRH nº 080/2003 (**Anexo VI**). O Dr. Reginaldo argumentou que o Of. 561 trazia respostas mais amplas, contemplando inclusive um alerta para a queda dos recursos orçamentários da ANA para exercer suas atividades na implementação da PNRH. O Dr. Jaildo disse que a Nota Técnica (**Anexo VII**) elaborada no âmbito da CTCOB trazia estas considerações. A proposta de resolução foi então debatida e aprovado seu encaminhamento à Plenária do CNRH, com modificações na forma original (**Anexo VIII**). Conforme acertado, houve então retorno ao debate sobre a primeira proposta de resolução, a qual teve seu encaminhamento também aprovado, após modificações (**Anexo IX**), com o voto contrário do representante da ANA. Passou-se então ao item 10 da pauta: discussão sobre o encaminhamento de sugestões ao PL nº 1.616, de 1999. O Dr. Julio Thadeu disse que a Secretaria Executiva já havia recebido sugestões ao PL, conforme solicitado aos conselheiros. Ficou acertada a criação de um GT, sob coordenação do Dr. Márley (SRH/MMA), para compatibilizar essas sugestões. O debate propriamente dito deveria ter início a partir da próxima reunião da CTIL, sobre a versão compatibilizada. O GT ficou assim composto: Dr. Márley, Dra. Vera Weigand, Dra. Maria Luiza e Dr. Reginaldo. Passou-se então ao item 5 de pauta: debate sobre as competências normativas do CNRH e da ANA. O Dr. Reginaldo fez considerações sobre a abrangência do tema, ressaltando que essas competências já estariam bem explicitadas nos documentos legais e propondo que as possíveis invasões de competência fossem debatidas pontualmente, caso verificadas; dito isso, sugeriu a retirada do tema de forma definitiva da pauta da CTIL. A Dra. Maria Luiza lembrou da sua abordagem sobre o assunto, quando da elaboração da proposta de resposta (**Anexo X**) ao Ofício CTCOB nº 11/2003; mostrou-se favorável à discussão do assunto no âmbito da CTIL. Após debates, ficou acertada a solicitação, à PGE/ANA e CONJUR/MMA, para que tragam, na próxima reunião da CTIL, proposta de procedimento para tratar do tema. O Dr. Reginaldo solicitou registro da posição formal da ANA contrária ao debate pretendido, no âmbito da CTIL. O Dr. Byron disse que a competência da ANA de disciplinar normativamente a implementação da PNRH traz uma possibilidade evidente de conflito com as competências do CNRH. Passou-se então ao item 6 da pauta: análise do Decreto nº 3.692, de 2000 (**Anexo XI**). O Dr. Julio Thadeu esclareceu que o referido Decreto regulamentou a Lei nº 9.984, de 2000, tendo sido levantado, em reuniões anteriores da CTIL, que o mesmo estabelecia novas competências para a ANA. A Dra. Sonáli opinou que as considerações teriam como base o entendimento sobre a ação reguladora da ANA e também sobre sua competência de disciplinar em caráter normativo; destacou a interface entre esse item e o de número 5, anteriormente tratado. O Dr. Reginaldo opinou que a CT deveria se preocupar em instrumentalizar a ANA para o exercício de suas funções de implementação da PNRH. A Dra. Maria Luiza se posicionou a favor da análise do Decreto e destacou as diferenças entre a ANA e as agências reguladoras; falou sobre a existência de competências sobrepostas entre o CNRH e a ANA. Após definição pela pertinência da análise, o Dr. Julio Thadeu solicitou à Dra. Maria Luiza que, com o auxílio da Dra. Patrícia Boson, encaminhassem para a próxima reunião da CT a identificação dos pontos considerados polêmicos no texto do Decreto. A Dra. Maria Luiza assentiu. Passou-se então ao item 9 da pauta: relato das atividades do GT encarregado da revisão da Resolução CNRH nº 5. O Dr. Luiz Cláudio aproveitou a oportunidade para comentar sobre as dificuldades encontradas para a operacionalização dos GTs, devido principalmente ao exíguo calendário para agendamento de reuniões presenciais. Disse que a Secretaria Executiva vinha incentivando debates por e-mail, sem no entanto obter resultados. Referindo-se ao GT sobre a Resolução nº 5, o Dr. Julio Thadeu solicitou o encaminhamento, para a próxima reunião da CT, das considerações pactuadas em reuniões anteriores do GT, assim como dos resultados parciais obtidos na discussão do texto, para que seja aberta a análise no âmbito da CT. Passou-se ao item 8: GT sobre anteprojeto de Lei sobre as Agências Reguladoras. A Dra. Leila se mostrou favorável à fusão deste GT com o encarregado da discussão sobre as delegações político institucionais entre os integrantes do SINGREH, conforme proposto por e-mail pelo Dr. Valdemar, representante do Ministério das

Cidades nesta CT (**Anexo XII**). Sugeriu ainda que se aguardasse a apresentação sobre o anteprojeto, prevista para a X Reunião Ordinária do CNRH, para se discutir os procedimentos futuros. Houve concordância por parte dos presentes tanto com relação à fusão dos GTs, quanto ao aguardo da apresentação sobre o tema. Em assuntos gerais, a Dra. Sonáli propôs, e foi aceito, que fosse feito convite ao Dr. Marcos Polette, da UNIVALI, para apresentação na CT sobre gerenciamento costeiro. Com relação às Resoluções encaminhadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina, ficou acertada sua inclusão como pauta da próxima reunião. Neste momento, às 17:40 horas, uma vez cumpridos todos os itens da pauta, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e declarou encerrada a 55ª Reunião da CTIL.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovada a ata da 54ª reunião da CTIL;
- o Dr. Gilberto Valente Canáli proferiu palestra sobre "Dominialidade dos cursos de água";
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, da proposta de moção encaminhada pela CTAS, solicitando alterações na proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 20, de 1986;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, da proposta de moção encaminhada pela CTAS, dirigida ao CT-Hidro;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, da proposta de resolução encaminhada pela CTCOB, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2004;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, da proposta de resolução encaminhada pela CTCOB, que estabelece a forma de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000;
- solicitado à PGE/ANA e CONJUR/MMA o encaminhamento, para a próxima reunião da CTIL, de proposta de procedimentos para discussão sobre as competências normativas do CNRH e da ANA;
- solicitado à Dra. Maria Luiza para que, com o auxílio da Dra. Patrícia Boson, encaminhasse para a próxima reunião da CT a identificação dos pontos considerados polêmicos no texto do Decreto nº 3.692, de 2000;
- ficou acertado o aguardo da apresentação sobre o anteprojeto sobre as agências reguladoras, prevista para a X Reunião Ordinária do CNRH, para se discutir os procedimentos futuros de análise do documento;
- foi feita a fusão do GT encarregado da análise do anteprojeto sobre as agências reguladoras com o GT "Delegação político-institucional entre os entes do SINGREH";
- criado GT com a missão de compatibilizar em documento único as diversas sugestões recebidas de alteração do PL nº 1.616, de 1999; as discussões sobre o PL terão início na próxima reunião da CT, sobre o documento compatibilizado;
- encaminhada para a pauta da próxima reunião da CT a análise das Resoluções nº 01, 04 e 05, encaminhadas pelo CERH-SC;
- solicitado convite ao Dr. Marcos Polette, da UNIVALI, para apresentação em reunião da CT sobre gerenciamento costeiro.

Ata aprovada na 56ª reunião, realizada em 16/dezembro/2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores